

**TERMO DE FOMENTO Nº 05/2024**

O **MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Geraldo Miranda, nº 337, Carneirinhos, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO**, portador do RG nº M-179.239 SSP/MG, CPF nº 195.086.896-68 e o **SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE RESGATE - SEVOR**, inscrito no CNPJ sob nº. 04.261.306/00011-52, com sede na Alberto Lima, nº 2.780 – Bairro Sion – João Monlevade- MG – CEP.: 35930-200, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, representada por sua Presidente **Srª MARIA DE LOURDES DE ASSIS ALVES NASCIMENTO**, portadora do RG nº MG -13.611.802, CPF: 063.843.006-21, residente e domiciliada na Rua São João Del Rei, nº 454, Bairro Metalúrgico, João Monlevade – MG – CEP.: 35930-331, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e pelo Decreto Municipal 112/2018, consoante o processo administrativo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº **05/2024**, baseado no artigo 31 da Lei 13.019/2014, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Fomento tem por objeto a gestão e operacionalização pela OSC do serviço de atendimento primário às vítimas de acidente, traumas de toda natureza e emergências clínicas, em regime de mútua cooperação com o Município de João Monlevade, conforme detalhado no plano de trabalho, único anexo deste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1. São obrigações dos Partícipes:

2.1.1. DO MUNICÍPIO:

2.1.1.1. Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

2.1.1.2. Emitir relatório técnico de avaliação da parceira por meio do gestor de parceria e submetê-lo à comissão de monitoramento e avaliação designada.



- 2.1.1.3.** Realizar nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
- 2.1.1.4.** Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução de objeto do TERMO DE FOMENTO;
- 2.1.1.5.** Designar novo gestor na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade. Enquanto isso não ocorrer, o administrador público assumirá todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
- 2.1.1.6.** Viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;
- 2.1.1.7.** Manter em seu sítio oficial na internet a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento;
- 2.1.1.8.** Instaurar tomada de contas antes do término da parceria ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

2.2. DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- 2.2.1.1.** Manter escrituração contábil regular;
- 2.2.1.2.** Prestar contas dos recursos recebidos por meio deste TERMO DE FOMENTO;
- 2.2.1.3.** Divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- 2.2.1.4.** Manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- 2.2.1.5.** Dar livre acesso aos servidores municipais responsáveis pelo controle e monitoramento do presente instrumento e dos servidores do controle interno aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- 2.2.1.6.** Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;



2.2.1.7. Responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no TERMO DE FOMENTO, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

2.2.1.8. Disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, caso possua, em sua sede e nos estabelecimentos em que exerça suas ações, em local visível, consulta ao extrato deste TERMO DE FOMENTO, contendo, no mínimo:

2.2.1.8.1. Data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

2.2.1.8.2. Nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

2.2.1.8.3. Descrição do objeto da parceria;

2.2.1.8.4. Valor total da parceria;

2.2.1.8.5. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

3.1. O montante estimado de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente TERMO DE FOMENTO é de **R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a ser repassado em 09 (nove) parcelas mensais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**, conforme cronograma de desembolso e com plano de aplicação previstos no Plano de Trabalho, único anexo deste instrumento.

3.2. A Administração Pública Municipal transferirá, para execução do presente TERMO DE FOMENTO, os recursos, correndo a despesa à conta da dotação orçamentária: **02015001.1030210032.103 - 33.50.43.00 - FICHA 500 - FONTE 15000001002 e as que vierem a substituir.**

4. CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE



CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante

4.2. transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.1.1. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária em instituição financeira pública.

4.3. É obrigatória a aplicação dos recursos deste TERMO DE FOMENTO, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.4. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do TERMO DE FOMENTO ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.5. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1. O presente TERMO DE FOMENTO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

5.2.1. Realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

5.2.2. Finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

5.2.3. Realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;



- 5.2.4.** Realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- 5.2.5.** Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- 5.2.6.** Repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;
- 5.2.7.** Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

- 6.1.** O presente TERMO DE FOMENTO tem vigência de 09 (nove) meses a partir de sua assinatura, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho, produzindo efeitos jurídicos após a sua publicação no Diário Oficial do Município.
- 6.2.** Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO.
- 6.3.** Caso haja atraso na liberação do recurso financeiro, o MUNICÍPIO promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
- 6.4.** Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do TERMO DE FOMENTO ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 7.1.** O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:



- 7.1.1.** Descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- 7.1.2.** Análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- 7.1.3.** Valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- 7.1.4.** Análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE FOMENTO;
- 7.1.5.** Análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
- 7.2.** Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
- 7.2.1.** Retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
- 7.2.2.** Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, **dentre outros**, das seguintes informações e documentos:

- 8.1.1.** Extrato da conta bancária específica;
- 8.1.2.** Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil;
- 8.1.3.** Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;



8.1.4. Material comprobatório do cumprimento do objeto tais como: fotos, vídeos ou outros suportes;

8.1.5. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;

8.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

8.3. A prestação de contas deverá ser feita observando-se as regras previstas na Lei nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 112/2018, além de prazos e normas de elaboração constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

8.4. A prestação de contas relativa à execução do TERMO DE FOMENTO dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

8.4.1. Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.4.2. Relatório de execução financeira, elaborado pela organização da sociedade civil, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.5. A Administração pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente:

8.5.1. Relatório da visita técnica *in loco* realizada durante a execução da parceria, quando houver;

8.5.2. Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE FOMENTO.

8.6. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019/2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

8.6.1. Os resultados já alcançados e seus benefícios;

8.6.2. Os impactos econômicos ou sociais;

8.6.3. O grau de satisfação do público-alvo;

8.6.4. A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto



pactuado.

8.7. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

8.7.1. Aprovação da prestação de contas;

8.7.2. Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

8.7.3. Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.8. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

8.9. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

8.10. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.11. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

8.12. O transcurso do prazo definido nos termos do **item 8.11** sem que as contas tenham sido apreciadas:

8.12.1. Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

8.12.2. Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração



pública.

8.13. As prestações de contas serão avaliadas:

8.13.1.Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

8.13.2.Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

8.13.3.Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

8.13.3.1.Omissão no dever de prestar contas;

8.13.3.2.Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

8.13.3.3.Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

8.13.3.4.Desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.14. O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.15. Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no TERMO DE FOMENTO e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.16. Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

9. CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1. A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.



9.2. Não é permitida a celebração de aditamento deste TERMO DE FOMENTO com alteração da natureza do objeto.

9.3. As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4. É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do TERMO DE FOMENTO.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e do Decreto nº 112/2018, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos itens 10.1.1 e 10.1.2.

10.2. As sanções estabelecidas nos itens 10.1.1 e 10.1.2 são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

Hugo Lázaro Marques Martins
Procurador Geral
D.O.U. MG 113.205
Município de João Monlevade



10.3. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2. Equiparam-se a bens remanescentes, os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste TERMO DE FOMENTO.

11.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste TERMO DE FOMENTO, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1. O presente TERMO DE FOMENTO poderá ser:

Hugo Lázaro Marques Martins
Procurador Geral - OAB/MG 113.205
Município de João Monlevade



12.1.1. Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

12.1.2. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

12.1.2.1. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

12.1.2.2. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

12.1.2.3. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;

12.1.2.4. Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICIDADE

13.1. A eficácia do presente TERMO DE FOMENTO ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela Administração Pública Municipal após a sua assinatura.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

14.1.1. As comunicações relativas a este TERMO DE FOMENTO serão remetidas por meio oficial de comunicação e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

14.1.2. As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste TERMO DE FOMENTO, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste TERMO DE FOMENTO, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de



JOÃO MONLEVADÉ

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

João Monlevade - MG, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, 16 de maio de 2024.

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO

Prefeito Municipal de João Monlevade

MARIA DE LOURDES DE ASSIS ALVES NASCIMENTO

Presidente do SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE RESGATE - SEVOR

Hugo Lázaro Marques Martins
Procurador Geral - OAB/MG 113.205
Município de João Monlevade

PLANO DE TRABALHO – 2024 - SEVOR

PROJETO: SALVAR VIDAS

Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2024

Lei 13.019/2014

1. DADOS CADASTRAIS DA OSC:

OSC: SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE RESGATE - SEVOR		CNPJ: 04.261.306/0001-52	
ENDEREÇO: Av. Alberto Lima, nº.2780, Bairro: Campos Elíseos			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F.: MG	CEP: 35.931-200	DDD/TELEFONE: (31) 99511-1259
			E-MAIL: secretaria@sevor.com.br
NOME DO PRESIDENTE: Maria de Lourdes de Assis Alves Nascimento		CPF: 063.843.006-21	
		RG: MG - 13.611.802 PCMG	
ENDEREÇO: Rua São João Del Rei, 454, Bairro: Metalúrgico			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F.: MG	CEP: 35930-331	DDD/TELEFONE: (31)99511-1259
			E-MAIL: marialu.enfermeira@gmail.com
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 112/2018			

2. OBJETIVO GERAL:

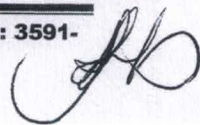
Esta parceria tem por objeto a gestão e operacionalização pela OSC do serviço de atendimento primário às vítimas de acidente, traumas de toda natureza e emergências clínicas, em regime de mútua cooperação com o Município de João Monlevade.

3. PÚBLICO ALVO:

Toda a população de João Monlevade, rodovias estaduais e federais ao entorno da cidade de João Monlevade.

4. JUSTIFICATIVA E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE:

Esta parceria se justifica em função da relevância pública dos serviços prestados pelo SEVOR às pessoas em situações de agravos urgentes, nas cenas em que esses agravos ocorrem, garantindo atendimento precoce, através de ambiente pré-hospitalar e em seguida, encaminhando para o Sistema de Saúde.



PLANO DE TRABALHO - 2024 - SEVOR**PROJETO: SALVAR VIDAS****Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2024****Lei 13.019/2014****5. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA OSC NA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DESCRITA NO PLANO DE TRABALHO:**

DATA DE CRIAÇÃO: 04/11/2000


TEMPO DE EXPERIÊNCIA: 23 (vinte e três) anos

6. OBJETIVO E RESULTADOS ESPERADOS:

O objetivo desta parceria é possibilitar o atendimento primário às vítimas de acidente, traumas de toda natureza e emergências clínicas. Espera-se que todo cidadão tenha um atendimento digno e imediato, em caso de acidente e ou emergência clínica.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Prestar socorro às pessoas em situações de agravos urgentes, nas cenas em que esses agravos ocorrem;
- Prestar atendimento pré-hospitalar ao cidadão vítima de traumas e mal súbito;
- Minimizar as sequelas decorrentes dos agravos;
- Equilibrar a distribuição da demanda de urgência proporcionando resposta adequada e adaptada às necessidades do cidadão;
- Assegurar o atendimento permanente para as urgências;
- Transportar o cidadão com segurança e com o acompanhamento de profissionais até o hospital, em conformidade com o caso;



PLANO DE TRABALHO - 2024 - SEVOR**PROJETO: SALVAR VIDAS****Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2024****Lei 13.019/2014****8. DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:**

META/OBJETIVO	MEIOS DE REALIZAÇÃO	PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO
1) Realizar manutenção preventiva e corretiva nos veículos do SEVOR	<ul style="list-style-type: none"> - Contratação de serviços para manutenção dos veículos (serviços mecânicos e elétricos) - Aquisição de peças automotivas; - Aquisição de pneus, serviços de balanceamento e alinhamento para os veículos do SEVOR 	Maio a Janeiro /2025, mediante demanda
2) Contratar os serviços de um auxiliar administrativo para apoio administrativo na sede.	Contratação de prestador de serviço para auxiliar com as atividades administrativas na sede, de segunda a sexta, com carga horária de 40 h/s, no período diurno.	Maio a janeiro/2025

9. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:

META/OBJETIVO	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
1) Realizar manutenção preventiva e corretiva nos veículos do SEVOR	População de João Monlevade; população das cidades vizinhas e usuários das rodovias municipais, rurais, estaduais e federais as quais cortam o município.	<ul style="list-style-type: none"> -Pesquisa de preço: mínimo de 03 orçamentos; -Nota fiscal eletrônica com identificação da placa do veículo -Comprovante de pagamento por meio de transferência eletrônica; -Relatório fotográfico.
2) Contratar os serviços de um auxiliar administrativo para apoio administrativo na sede.	População de João Monlevade; população das cidades vizinhas e usuários das rodovias municipais, rurais, estaduais e federais as quais cortam o município.	<ul style="list-style-type: none"> * Cotação de preço: mínimo de 03 (três) orçamentos para contratação do prestador de serviço; * Contrato do prestador de serviço - MEI que deverá ser enviado no primeiro processo de prestação de

		<p>contas;</p> <ul style="list-style-type: none">* Comprovante de pagamento de imposto pelo prestador de serviço;* Nota fiscal eletrônica do prestador de serviço* Comprovante de pagamento do prestador de serviço por meio de transferência eletrônica;* Relatório fotográfico em conformidade com a execução das metas;* Relatório de horas trabalhadas do prestador de serviço* Relatório mensal de atividades desenvolvidas pelo prestador de serviço;
--	--	--

- A prestação de contas deverá ser apresentada pela OSC conforme cronograma elaborado e encaminhado pelo Setor de Parcerias, após análise da complexidade do objeto da parceria.

10. DADOS HISTÓRICOS E TÉCNICOS DA INSTITUIÇÃO:

10.1. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:

Objetivo do SEVOR Temos como objetivos principais: levar o conforto e os cuidados necessários às vítimas de trauma e pacientes clínicos no atendimento pré-hospitalar, amenizando e prevenindo possíveis sequelas; conscientizar a população através de palestras, treinamento e reuniões sobre prevenção de acidentes, direção defensiva, primeiros socorros e outros; promover a cidadania individual e coletiva; além de incentivar outros setores da sociedade em prol do nosso objetivo de "Salvar Vidas".

10.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:

As constantes tragédias ocorridas na BR-381/262, foram um incentivo a mais para que um grupo de integrantes dos escoteiros de João Monlevade, preocupados em aliviar o sofrimento de quem necessitava de apoio nesses momentos, criassem uma organização com a missão de salvar vidas. Conhecendo o SEVOR O Serviço Voluntário de Resgate - SEVOR foi fundado em 4 de novembro de 2000. Trata-se de uma entidade civil de direito

PLANO DE TRABALHO - 2024 - SEVOR**PROJETO: SALVAR VIDAS****Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2024****Lei 13.019/2014**

privado, sem fins lucrativos e sem discriminação religiosa ou racial, sócio econômica e de gênero. A sede e o foro encontram-se na cidade de João Monlevade. Área de atuação do SEVOR A cidade de João Monlevade-MG localiza-se a 110 km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e a 125 km da cidade de Ipatinga, um dos principais polos econômicos do Estado. Cerca de 16 municípios localizam-se num raio de 60 km da cidade compondo a microrregião do Médio Piracicaba, totalizando aproximadamente 350.000 habitantes, composta pelos municípios: Itabira, Bela Vista de Minas, Nova Era, São Gonçalo do Rio Abaixo, São Domingo do Prata, Santa Barbara, Barão de Cocais, Bom Jesus do Amparo, Cata Altas, Alvinópolis, Dom Silvério, Sem Peixe, São José do Goiabal, Dionísio e Rio Piracicaba que atualmente integram a AMEPI, cuja sede administrativa situa-se no município de João Monlevade. Os principais acessos rodoviários são a BR 381 – que corta o país em diagonal, com início no Estado de São Paulo e término no estado do Espírito Santo – e a BR 262 – transversal, de início no Estado do Mato Grosso do Sul e término também no Espírito Santo, por onde escoia parte expressiva da economia nacional.

10.3. PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO:

Todo cidadão que necessite do serviço, sem distinção religiosa racial, socioeconômica e de gênero.

10.4. DEMANDA DA COMUNIDADE:

O município de João Monlevade e região necessita de atendimento pré-hospitalar às vítimas de trauma e pacientes clínicos. O SEVOR, através de seus encaminhamentos, determina a resposta mais adequada para cada caso, assegurando e preparando o acolhimento dos pacientes nos meios hospitalares.

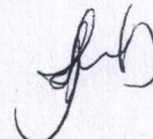
11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS:

11.1. PRAZO DA PARCERIA: 09 (nove) meses a contar da assinatura e publicação do termo de parceria no diário oficial do município.

11.2. VALOR TOTAL DA PARCERIA: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quarto mil reais) a ser repassado em 09 (nove) parcelas de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

11.3. NATUREZA DA DESPESA:

- 11.3.1. Pagamento de serviços de terceiros (mecânica e elétrica)
- 11.3.2. Pagamento de peças automotivas;
- 11.3.3. Pagamento pneus, alinhamento e balanceamento dos veículos do SEVOR;
- 11.3.4. Pagamento de auxiliar administrativo

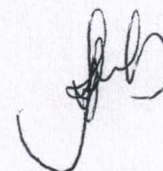


PLANO DE TRABALHO - 2024 - SEVOR**PROJETO: SALVAR VIDAS****Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2024****Lei 13.019/2014****12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:**

MUNICÍPIO		
PARCELA 1	PARCELA 2	PARCELA 3
R\$ 6.000,00 Maio/2024	R\$ 6.000,00 Junho/2024	R\$ 6.000,00 Julho/2024
PARCELA 4	PARCELA 5	PARCELA 6
R\$ 6.000,00 Agosto/2024	R\$ 6.000,00 Setembro/2024	R\$ 6.000,00 Outubro/2024
PARCELA 7	PARCELA 8	PARCELA 9
R\$ 6.000,00 Novembro/2024	R\$ 6.000,00 Dezembro/2024	R\$ 6.000,00 Janeiro/2025

13. INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA

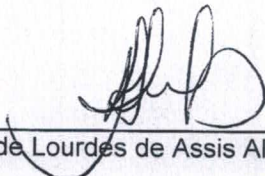
13.1.	BANCO PÚBLICO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
13.2.	Código da Agência: 0607 - OPERAÇÃO 003
13.3.	Número da conta corrente: 00006074-1



PLANO DE TRABALHO - 2024 - SEVOR**PROJETO: SALVAR VIDAS****Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 04/2024****Lei 13.019/2014****14. ESTIMATIVA E DETALHAMENTO DAS DESPESAS**

ITEM 14 - DETALHAMENTO DAS DESPESAS - TERMO DE FOMENTO 05/2024											
Metas	MAIO	1ª PARCELA	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JAN. 2025	TOTAL
	R\$ 6.000,00		R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 54.000,00
1) Realizar manutenção preventiva e corretiva nos veículos do SEVOR	Pagamento de serviços de terceiros (mecânica e elétrica)	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 1.020,24	R\$ 7.760,00
	Pagamento de peças automotivas	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 18.000,00
	Pagamento pneus, alinhamento e balanceamento dos veículos do SEVOR	R\$ 1.179,76		R\$ 2.359,52	R\$ 1.179,76		R\$ 2.359,52	R\$ 1.179,76		R\$ 2.359,52	R\$ 10.617,84
2) Contratar os serviços de um auxiliar administrativo para apoio administrativo na sede.	Pagamento de auxiliar administrativo	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	R\$ 16.200,00
SUBTOTAL		R\$ 6.000,00	R\$ 4.820,24	R\$ 7.179,76	R\$ 6.000,00	R\$ 4.820,24	R\$ 7.179,76	R\$ 6.000,00	R\$ 4.820,24	R\$ 7.179,76	R\$ 54.000,00

João Monlevade, 16 de Maio de 2024.


 Maria de Lourdes de Assis Alves Nascimento
 Presidente do SEVOR

Conferido e Aprovado

João Monlevade, 16 de Maio de 2024.

Raquel de Souza Paiva Drumond
 Secretária Municipal de Saúde
 Município de João Monlevade

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO TERMO DE FOMENTO: N°. 05/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°
05/2024, baseado no artigo 31 da Lei 13.019/2014.

OSC: SERVIÇO VOLUNTÁRIO DE RESGATE - SEVOR

CNPJ sob n°. 04.261.306/0001-52

OBJETO: O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto a gestão e operacionalização pela OSC do serviço de atendimento primário às vítimas de acidente, traumas de toda natureza e emergências clínicas, em regime de mútua cooperação com o Município de João Monlevade, conforme detalhado no plano de trabalho, único anexo que integra o presente instrumento.

VALOR GLOBAL DA PARCERIA: R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais) a ser repassado em 09 (nove) parcelas mensais de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

UNIDADE GESTORA ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Saúde

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
02015001.1030210032.103-33.50.43.00 - FICHA 500 -
FONTE 15000001002 e as que vierem a substituir.

VIGÊNCIA: 09 (nove) meses a contar da assinatura e publicação do termo de parceria no diário oficial do município.

DATA: 16/05/2024

LAÉRCIO JOSÉ RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kátia Cristina Angelo Passos
Código Identificador: 4ED5BD81

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros
no dia 17/05/2024. Edição 3769
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita
informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/>



Ficha de Abertura e Autógrafos -
Pessoa Jurídica

Grau de sigilo
#PÚBLICO

Agência	Op.	Conta nº	DV
0607	003	00006074	1

Data de abertura
24/05/2024

CNPJ
04.261.306/0001-52

Cat.
0

Procuração nº

Validade até

Razão social (preencher nome completo por extenso)
SERVICO VOLUNTARIO DE RESGATE - SEVOR

Nome Fantasia (preencher nome adequando as exigências do sistema ou do manual normativo e por extenso)

ENDEREÇO / ENDEREÇO ELETRÔNICO / TELEFONE

Logradouro e bairro
AV ALBERTO LIMA 2780 CT CAMPOS ELISIOS

Cidade	País	UF	CEP	DDD/Telefone
JOAO MONLEVADE	BRASIL	MG	35931-200	(31) 3851-5888

E-mail

CONSTITUIÇÃO

Forma e data de constituição

OUTRAS FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

25/01/2001

Documento constitutivo
Estatuto

Total Representante legal
2

Atividade principal

Servicos moveis de atendimento a urgencias, exceto por UTI movel

Faturamento anual - R\$
0,00

Porte
5

1 - Micro 2 - Pequena
3 - Média 4 - Grande
5 - Sem fins lucrativos

DECLARAÇÃO DE PROPÓSITO E DA NATUREZA DE NEGÓCIOS

Informe o (s) objetivo (s) declarado (s) da relação de negócio com a
CAIXA

1



JOÃO MONLEVADE

PREFEITURA MUNICIPAL

Administração 2021-2024

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº 17/2024

De: Cássia Ottoni - Gestora de Parcerias

Para: Adilson Arlindo Carlos – Contabilidade - **CC:** Karine César - Tesouraria

Em: 24/05/2024

Prezado Adilson,

Solicito, por gentileza, que sejam liquidados os empenhos do **Termo de Fomento nº 05/2024 – Serviço Voluntário de Resgate - SEVOR**, conforme quadro abaixo:

DADOS BANCÁRIOS:

AGÊNCIA: CEF – 0607 - **OPERAÇÃO:** 003 - **CONTA CORRENTE:** 00006074-1

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:

1ª Parcela R\$ 6.000,00 MAIO/2024	2ª Parcela R\$ 6.000,00 JUNHO/2024	3ª Parcela R\$ 6.000,00 JULHO/2024
4ª Parcela R\$ 6.000,00 AGOSTO/2024	5ª Parcela R\$ 6.000,00 SETEMBRO/24	6ª Parcela R\$ 6.000,00 OUT/2024
7ª Parcela R\$ 6.000,00 NOV/2024	8ª Parcela R\$ 6.000,00 DEZ/2024	9ª Parcela R\$ 6.000,00 JAN/2025

Ressalto que, se houver alguma alteração no cronograma acima, será comunicado em tempo hábil.

Atenciosamente,

Rita de Cássia Andrade Ottoni
Gestora de Parcerias - Portaria 286, de 08 de fevereiro de 2021